

EZ TEC EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

NIRE 35.300.334.345

CNPJ/MF 08.312.229/0001-73

Companhia Aberta

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2026

DATA, HORA E LOCAL: Aos 24 dias do mês de abril de 2026, às 10:00 horas, na sede social da EZ TEC Empreendimentos e Participações S.A., companhia aberta, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.312.229/0001-73, com seus atos constitutivos devidamente arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.334.345 ("Companhia"), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. República do Líbano, 1921 – Ibirapuera.

CONVOCAÇÃO: O edital de convocação foi publicado no jornal Valor Econômico nos dias 01, 08 e 22 de abril de 2026, nas páginas E2, E2 e E3, respectivamente.

PUBLICAÇÕES: As Demonstrações Financeiras foram publicadas de forma resumida no dia 13 de março de 2026 no jornal Valor Econômico, nas páginas E3 e E4, com divulgação simultânea da versão integral na página do mesmo jornal na rede mundial de computadores. Foram também divulgados ao mercado, eletronicamente, os documentos exigidos pela Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81").

PRESENCAS: Acionistas representando (i) 68,70% do capital social da Companhia, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas e boletins de voto a distância considerados como válidos pela Companhia, nos termos do art. 47, I e II, da Resolução CVM 81 em Assembleia Geral Ordinária; e (ii) 68,70% do capital social da Companhia, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas e boletins de voto a distância considerados como válidos pela Companhia, nos termos do art. 47, I e II, da Resolução CVM 81 em Assembleia Geral Extraordinária. Presentes também (i) **Samir Zakkhour El Tayar**, representante da administração da Companhia; (ii) **Anis Chacur Neto** representante do Comitê de Auditoria; e (iii) **Ribas Gomes Simões** representante da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

MESA: Presidente: Sr. Samir Zakkhour El Tayar; Secretário: Sr. Antonio Emílio C. Fugazza.

ORDEM DO DIA: Em Assembleia Geral Ordinária: (i) tomar as contas da administração, e examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório Anual da Administração, do Relatório dos Auditores Independentes, e do Parecer do Comitê de Auditoria da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (ii) deliberar sobre a destinação o lucro líquido da Companhia apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; e (iii) fixar o limite global da remuneração anual dos administradores da Companhia para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2026. Em Assembleia Geral Extraordinária: (i) alterar os artigos 5º, 6º, 14, 18, 25, 30, 31, e

42 do Estatuto Social da Companhia, de modo a: (a) atualizar o valor do capital social da Companhia, de forma a refletir o aumento de capital social aprovado pelo Conselho de Administração dentro do limite do capital autorizado; (b) esclarecer as regras aplicáveis ao aumento do capital social da Companhia pelo Conselho de Administração, dentro do capital autorizado; (c) aumentar o número mínimo e máximo de membros do Conselho de Administração; (d) reduzir o número mínimo e máximo de membros da Diretoria e alterar suas competências; (e) complementar as disposições relativas a ofertas públicas de distribuição ("OPA") em caso de atingimento de participação societária relevante; e (f) ajustar a numeração e referências cruzadas, em razão das alterações propostas acima, bem como aprovar outros ajustes de consistência a aprimoramento de redação; (ii) consolidar o Estatuto Social da Companhia, de modo a refletir as alterações constantes do item (i) acima, se aprovadas; e (iii) aumentar o número de membros que compõe o Conselho de Administração da Companhia no mandato ora em curso para 8 (oito) membros, mediante a eleição do Sr. Mauro Alberto para ocupar o cargo de membro do Conselho de Administração.

PROCEDIMENTOS PRELIMINARES: Antes de iniciar o trabalhos, (1) foi comunicado aos acionistas que o mapa sintético consolidado dos votos proferidos a distância encontrava-se disponível para consulta, sendo que nenhum acionista requereu sua leitura; (2) foi dispensada, por unanimidade, a leitura dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas nesta assembleia, uma vez que todos já foram devida e previamente disponibilizados pela Companhia e são do inteiro conhecimento dos acionistas; (3) foi informado que as eventuais declarações de voto, protestos e dissidências porventura apresentados serão numeradas, recebidas e autenticadas pela mesa e ficarão arquivadas na sede da Companhia, nos termos do disposto no §1º do artigo 130 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."); e (4) foi autorizada, por unanimidade, a lavratura da presente ata em forma de sumário e a sua publicação com omissão das assinaturas da totalidade dos acionistas presentes, nos termos dos §§1º e 2º do artigo 130 da Lei das S.A.

DELIBERAÇÕES: Após exame e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas deliberaram:

Em Assembleia Geral Ordinária:

(i) aprovar, por maioria de votos dos presentes, com 173.105.747 votos a favor, 381 votos contra e 9.178.989 abstenções (inclusive dos legalmente impedidos), as contas da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório Anual da Administração, do Relatório dos Auditores Independentes, e do Parecer do Comitê de Auditoria da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025;

(ii) aprovar, por maioria de votos dos presentes, com 109.542.918 votos a favor, 381 votos contra e 5.802 abstenções, a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, no valor de R\$ 535.011.818,29 (quinhentos e trinta e cinco milhões, onze mil, oitocentos e dezoito reais e vinte e nove centavos), da seguinte forma: (a) 5% do lucro líquido, no montante de R\$ 26.750.590,91 (vinte e seis milhões, setecentos e cinquenta mil, quinhentos e noventa reais e noventa e um centavos), para constituição da reserva legal; (b) R\$ 308.804.433,50 (trezentos e oito milhões, oitocentos e quatro mil,

quatrocentos e trinta e três reais e cinquenta centavos), montante superior a 25% do lucro líquido do exercício social, a título de dividendos aos acionistas, declarados durante o exercício social de 2025, dos quais: (b.1) R\$ 22.348.528,19 (vinte e dois milhões, trezentos e quarenta e oito mil, quinhentos e vinte e oito reais e dezenove centavos), declarados a título de dividendos intercalares, com base no lucro apurado nas Informações Financeiras Trimestrais da Companhia relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, conforme aprovados e distribuídos na Reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de maio de 2025; e (b.2) R\$ 286.455.905,31 (duzentos e oitenta e seis milhões, quatrocentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e cinco reais e trinta e um centavos), declarados a título de dividendos intermediários, com base no saldo da reserva de lucros estatutária denominada "Reserva de Expansão", conforme aprovados e distribuídos nas Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 7 de agosto e 13 de novembro de 2025, ambos imputados e deduzidos do valor do dividendo obrigatório referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, e já pagos, nos termos da Proposta da Administração; e (c) o saldo remanescente do lucro líquido ajustado, no montante de R\$ 485.912.699,18 (quatrocentos e oitenta e cinco milhões, novecentos e doze mil, seiscentos e noventa e nove reais e dezoito centavos) para a Reserva de Expansão, nos termos do artigo 25, VI, do Estatuto Social da Companhia; e

(iii) fixar, por maioria de votos dos presentes, com 189.569.138 votos a favor, 970.405 votos contra e 9.558 abstenções, a proposta de limite global da remuneração anual dos administradores da Companhia para o exercício social corrente, a se encerrar em 31 de dezembro de 2026, conforme Proposta da Administração, no valor de R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre a divisão da remuneração entre os administradores.

Em Assembleia Geral Extraordinária:

(i) aprovar, por maioria de votos dos presentes, com 190.547.334 votos a favor, 1.510 votos contra e 5.200 abstenções, a alteração dos artigos 5º, 6º, 14, 18, 25, 30, 31, e 42 do Estatuto Social da Companhia, de modo a: (a) atualizar o valor do capital social da Companhia, de forma a refletir o aumento de capital social aprovado pelo Conselho de Administração dentro do limite do capital autorizado; (b) esclarecer as regras aplicáveis ao aumento do capital social da Companhia pelo Conselho de Administração, dentro do capital autorizado; (c) aumentar o número mínimo e máximo de membros do Conselho de Administração; (d) reduzir o número mínimo e máximo de membros da Diretoria e alterar suas competências; (e) complementar as disposições relativas a OPAs em caso de atingimento de participação societária relevante; e (f) ajustar a numeração e referências cruzadas, em razão das alterações propostas acima, bem como aprovar outros ajustes de consistência a aprimoramento de redação;

(ii) aprovar, por maioria de votos dos presentes, com 190.548.377 votos a favor, 875 votos contra e 4.792 abstenções, a consolidação do Estatuto Social da Companhia, de modo a refletir as alterações do item (i) acima ora aprovadas, que passará a vigorar conforme **Anexo I** à presente ata.

(iii) aprovar, por maioria dos votos dos presentes, com 179.711.273 votos a favor, 10.264.122 votos contra e 578.649 abstenções, o aumento do número de membros que

compõem o Conselho de Administração da Companhia, no mandato ora em curso, para 8 (oito) membros, mediante a eleição do Sr. **Mauro Alberto**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da cédula de identidade RG nº 3.195.882 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 045.916.248-97, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Avenida República do Líbano, nº 1.921, Ibirapuera, CEP 04501-002, para ocupar o novo cargo de membro do Conselho de Administração, em mandato unificado com os demais membros do Conselho de Administração, até a Assembleia Geral Ordinária que deliberará sobre as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2026. O membro do Conselho de Administração ora eleito declarou, sob as penas da lei, que cumpre todos os requisitos previstos no artigo 147 da Lei das S.A. para sua investidura como membro do Conselho de Administração da Companhia e tomará posse, em até 30 (trinta) dias a contar desta data, mediante assinatura do termo de posse, lavrado em livro próprio.

ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quis fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata na forma de sumário, que poderá ser publicada com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, conforme o disposto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 130 da Lei das S.A., a qual foi lida, achada conforme e assinada por todos os presentes.

São Paulo, 24 de abril de 2026.

Mesa:

Samir Zakkhour El Tayar

Presidente

Antonio Emílio C. Fugazza

Secretário

Acionistas Presentes:

Em Assembleia Geral Ordinária

CESAR ERNESTO GONÇALVES ZARZUR, EDUARDO ZARZUR ALBERTO, ESTHER HELOISA ZARZUR, FELIPE ZARZUR ALBERTO, GIOVANNA ZARIF ZARZUR TCHALIAN, HENRIQUE ERNESTO GONÇALVES ZARZUR, MANOELA LUFTALLA ZARZUR, MARCIO EL TAYAR, MARCOS ERNESTO ZARZUR, MAURICIO ERNESTO GRANDJEAN ZARZUR, MAURO ALBERTO, PEDRO ERNESTO LUFTALLA ZARZUR, PRISCILLA ZARZUR GRACO, RAFAEL ERNESTO ZARIF ZARZUR, ROBERTO MOUNIR MAALOULI, SILVANA ZARZUR ALBERTO, SILVIO ERNESTO ZARZUR, EZ5 PARTICIPAÇÕES LTDA., EZ6 PARTICIPAÇÕES LTDA., HPC PARTICIPAÇÕES LTDA., STEC 1 PARTICIPAÇÕES LTDA., STEC 2 PARTICIPAÇÕES LTDA., VALEY PARTICIPAÇÕES S.A., VJR PARTICIPAÇÕES S.A., MAPECA PARTICIPAÇÕES LTDA., SZA PARTICIPAÇÕES LTDA., CEDRUS FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO EM AÇÕES, GEMINI FUNDO DE

INVESTIMENTO FINANCEIRO EM AÇÕES, ALEXANDRE ERNESTO ZARIF ZARZUR, LIBANUS FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO EM AÇÕES, PROSPEX FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES INVESTIMENTO NO EXTERIOR, ANNA LUCIA ZARZUR MAALLOULI, EZ1 PARTICIPAÇÕES LTDA., EZ4 PARTICIPAÇÕES LTDA., EZ2 PARTICIPAÇÕES LTDA., FLÁVIO ERNESTO ZARZUR, GAR PARTICIPAÇÕES LTDA. , MARCELLA GRANDJEAN ZARZUR, MARCELO ERNESTO ZARZUR, MFT PARTICIPAÇÕES LTDA., SAMIR ZAKKHOUR EL TAYAR, GENEPI FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO MULTIMERCADO, EZ3 PARTICIPAÇÕES LTDA.

(p.p: Maria Fernanda de Almeida Prado e Silva)

ITAÚ INDEX AÇÕES IBRX FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO RESPONSABILIDADE LIMITADA, ITAÚ GOVERNANÇA CORPORATIVA AÇÕES FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO SUSTENTÁVEL RESPONSABILIDADE LIMITADA, ITAÚ AÇÕES DIVIDENDOS FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO RESPONSABILIDADE LIMITADA, AMUNDI FUNDS, ITAÚ PREVIDÊNCIA IBRX FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO EM AÇÕES RESPONSABILIDADE LIMITADA, ITAÚ SMALL CAP MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO EM AÇÕES RESPONSABILIDADE LIMITADA, IT NOW IDIV FUNDO DE ÍNDICE – RESPONSABILIDADE LIMITADA, LCL ACTIONS EMERGENTS, IT NOW IDIV RENDA DIVIDENDOS FUNDO DE ÍNDICE – RESPONSABILIDADE LIMITADA, RT DEFIANT FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO MULTIMERCADO RESPONSABILIDADE LIMITADA, IT NOW IGCT FUNDO DE ÍNDICE INVESTIMENTO SUSTENTÁVEL – RESPONSABILIDADE LIMITADA, IT NOW SMALL CAPS FUNDO DE ÍNDICE – RESPONSABILIDADE LIMITADA, STICHTING JURIDISCH EIGENDOM FGR VGZ

(p.p. Rodrigo de Mesquita Pereira)

CAPSIGMA MASTER FIF AÇÕES RL

(p.p. Leonardo Lisboa)

Onyx Latin America Equity Fund, LP, Onyx Latam Equity FIA-IE

(p.p. Gabriel Alejandro Micheloud)

Em Assembleia Geral Extraordinária

CESAR ERNESTO GONÇALVES ZARZUR, EDUARDO ZARZUR ALBERTO, ESTHER HELOISA ZARZUR, FELIPE ZARZUR ALBERTO, GIOVANNA ZARIF ZARZUR TCHALIAN, HENRIQUE ERNESTO GONÇALVES ZARZUR, MANOELA LUFTALLA ZARZUR, MARCIO EL TAYAR, MARCOS ERNESTO ZARZUR, MAURICIO ERNESTO GRANDJEAN ZARZUR, MAURO ALBERTO, PEDRO ERNESTO LUFTALLA ZARZUR, PRISCILLA ZARZUR GRACO, RAFAEL ERNESTO ZARIF ZARZUR, ROBERTO MOUNIR MAALLOULI, SILVANA ZARZUR ALBERTO, SILVIO ERNESTO ZARZUR, EZ5 PARTICIPAÇÕES LTDA., EZ6 PARTICIPAÇÕES LTDA., HPC PARTICIPAÇÕES LTDA., STEC 1 PARTICIPAÇÕES LTDA., STEC 2 PARTICIPAÇÕES LTDA., VALEY PARTICIPAÇÕES S.A., VJR PARTICIPAÇÕES S.A., MAPECA PARTICIPAÇÕES LTDA., SZA PARTICIPAÇÕES LTDA., CEDRUS FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO EM AÇÕES, GEMINI FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO EM AÇÕES, ALEXANDRE ERNESTO ZARIF ZARZUR, LIBANUS FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO EM AÇÕES, PROSPEX FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES INVESTIMENTO NO EXTERIOR, ANNA LUCIA ZARZUR MAALLOULI, EZ1 PARTICIPAÇÕES LTDA., EZ4 PARTICIPAÇÕES LTDA., EZ2 PARTICIPAÇÕES LTDA., FLÁVIO ERNESTO ZARZUR, GAR PARTICIPAÇÕES LTDA., MARCELLA GRANDJEAN ZARZUR, MARCELO ERNESTO ZARZUR, MFT PARTICIPAÇÕES LTDA., SAMIR ZAKKHOUR EL TAYAR, GENEPI FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO MULTIMERCADO, EZ3 PARTICIPAÇÕES LTDA.

(p.p: Maria Fernanda de Almeida Prado e Silva)

ITAÚ INDEX AÇÕES IBRX FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO RESPONSABILIDADE LIMITADA, ITAÚ GOVERNANÇA CORPORATIVA AÇÕES FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO SUSTENTÁVEL RESPONSABILIDADE LIMITADA, ITAÚ AÇÕES DIVIDENDOS FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO RESPONSABILIDADE LIMITADA, AMUNDI FUNDS, ITAÚ PREVIDÊNCIA IBRX FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO EM AÇÕES RESPONSABILIDADE LIMITADA, ITAÚ SMALL CAP MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO EM AÇÕES RESPONSABILIDADE LIMITADA, IT NOW IDIV FUNDO DE ÍNDICE – RESPONSABILIDADE LIMITADA, LCL ACTIONS EMERGENTS, IT NOW IDIV RENDA DIVIDENDOS FUNDO DE ÍNDICE – RESPONSABILIDADE LIMITADA, RT DEFIANT FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO MULTIMERCADO RESPONSABILIDADE LIMITADA, IT NOW IGCT FUNDO DE ÍNDICE INVESTIMENTO SUSTENTÁVEL – RESPONSABILIDADE LIMITADA, IT NOW

SMALL CAPS FUNDO DE ÍNDICE – RESPONSABILIDADE LIMITADA, STICHTING JURIDISCH
EIGENDOM FGR VGZ
(p.p. Rodrigo de Mesquita Pereira)

CAPSIGMA MASTER FIF AÇÕES RL
(p.p. Leonardo Lisboa)

Onyx Latin America Equity Fund, LP, Onyx Latam Equity FIA-IE
(p.p. Gabriel Alejandro Micheloud)

Acionistas considerados presentes por terem exercido voto por meio de boletim de voto a distância, nos termos do artigo 47, II, da Resolução CVM 81:

Em Assembleia Geral Ordinária

ACADIAN COLLECTIVE INVESTMENT TRUST, ALBERTO RODOLFO GONCALVES, ANTONIO LAUDECI MANTOVANI, BLACKROCK GLOBAL FUNDS, BRUNO HENRIQUE BORGES DA SILVA, CC&L Q EMERGING MARKETS EQUITY FUND, CITY OF NEW YORK GROUP TRUST, DAVI FERREIRA DE MENEZES, ELIAS CARLO AGUAYO CABANA, ERIC VIVIAN FABRIS, FERNANDO HENRIQUE RAMALHO, FIRST TRUST EMERGING MARKETS SMALL CAP ALPHADDEX FUND, GUILHERME DOS SANTOS BRAGA, HENRIQUE MARCELO DE SOUSA TEODORO, JESIEL SILVEIRA DA SILVA, JORGE LADEIA DO PRADO, JOSE FRANCISCO BRAND GUIMARAES, LUCAS FERREIRA FLORES, LUIZ AUGUSTO ALVES DA SILVA, NORGES BANK, PEOPLE S BANK OF CHINA, POLICE AND FIREMEN'S RETIREMENT SYSTEM OF NEW JERS, PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM OF OHIO, RODRIGO FRAY DA SILVA, TIAGO VASCONCELOS FIERECK, LEONARDO IGLESIAS RIBEIRO, WALACE LUIZ ALVES JUNIOR, MARIA CLAUDIA MENELAU DUARTE, ALLEF FRANCISCO DOS PRASERES, PEDRO RICARDO SANTIN, GEOVAN DANTAS FERRAZ, IVAN CHARLES MOMM, LUIZ ADEMIR ESCARMINIO, ROBERTO RAYMOND SAID, CC&L Q MARKET NEUTRAL FUND II, MARCELO FERREIRA DE MELO, BLACKROCK EMERGING MARKETS EX-CHINA FUND OF BLACKROCK FUNDS, ILFRAN LOPES GONCALVES, RAM (LUX)

SYSTEMATIC FUNDS, ELBERT DA SILVA LEAO, VANGUARD TOTAL WORLD STOCK INDEX FUND, A SERIES OF, ACADIAN GL ALLCTRY EXCHINA EQ DYN EXT MASTER FUND, ACADIAN GLOBAL MARKET NEUTRAL FUND, LLC, ALASKA PERMANENT FUND, ALEXANDRE PAULA SILVA, ALEXSANDER VIEIRA AMARANTE, ALLANN FANK ANDRADE, ALUISIO MENDES DA ROCHA FILHO, AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK, AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK, AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK, AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK, AMERICAN CENTURY ETF TRUST-AVANTIS EMERGING MARKET, AMERICAN CENTURY ETF TRUST-AVANTIS RESPONSIBLE EME, ANDERSON DIMITRI MOREIRA COELHO, ANDRE LUIS PINHEIRO, ANDRE LUIZ SILVA OLIVEIRA, ARNOLDO PANCHENIAK FILHO, ASSIS ROGERIO GOMES DA SILVA PAULO, BLACKROCK LATIN AMERICAN INVESTMENT TRUST PLC, BRUNO DE ANDRADE MARTINS, CAISSE DE DEPOT ET PLACEMENT DU QUEBEC, CALIFORNIA PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM, CARLOS ALBERTO BATISTA DA SILVA, CC&L Q EMERGING MARKETS EQUITY FUND LP, CC&L Q GLOBAL SMALL CAP EQUITY FUND, CC&L Q GLOBAL SMALL CAP EQUITY UCITS FUND, A SUB-FUND OF CON, CCANDL Q EMERGING MARKETS EQUITY UCITS FUND A SUB FUND OF CO, CONNOR CLARK & LUNN COLLECTIVE INVESTMENT TRUST, CUSTODY B. OF J. LTD. RE: SMTB AXA IM E. S. C. E. M. F., DANIEL DE QUEIROZ MENDES DA COSTA, DANIEL GRAVALOS, DANIEL LANNES POUBEL, EDERSON MENDES BATISTA, EDUARDO RAFAEL BORGES, ELAINE RODRIGUEZ DE SOUZA, EMER MKTS CORE EQ PORT DFA INVEST DIMENS GROU, ERISMAR MESQUITA SILVA, FABIO CLERICI, FABIO JUNJI SASSAKI, FABIO LUIZ GIROTTO, FERNANDA DE NORONHA FERREIRA DASCENCZE, FERNANDO MARIO PREIHS GUIMARAES, FRANCISCO GIONNEY MARQUES RODRIGUES, GLAUBER SILVA ANDRADE, GLAYCE SOARES BRANDAO, GUILHERME APARECIDO BATISTA, GUSTAVO EDMUNDO LAMBERTUCCI, GUSTAVO SPITALE MACHADO JACQUES, HENRIQUE AUGUSTO DE OLIVEIRA MOTA, HENRIQUE NOLETO DE SOUSA, IGOR RAMOS DE OLIVEIRA, JOAO DE DEUS PIRES FILHO, JOSE EDUARDO JACQUES ROMAGNA, JOSIAS CRISTIANO FOGACA, JULIANO BATISTA BENEDETTO, JULIANO TADEU MARTINS FRANCO, JULIO CESAR BASTOS FERNANDES, LEONARDO FROTA, LEONARDO MADUREIRA SEPULVEDA, LOCKHEED MARTIN CORP MASTER RETIREMENT TRUST, LUCAS COLZANI, LUCAS HAUBERT, LUIZ OTAVIO DE OLIVEIRA RAMOS, LUIZ RICARDO DE ALMEIDA MARTINS, MARCELO NATALINO FERREIRA DA CUNHA, MARCUS FELIPE DE SOUZA PEREIRA, MATEUS HENRIQUE NERY DE SANTANA, MATEUS PRINCE ANTUNES, MAURI WOORD, MAURO MACEDO MACHADO, MERCER INTERNATIONAL EQUITY

FUND, MURAD SAID SALEH YUSUF SAID, PAULO HENRIQUE SILVEIRA DE LIMA, PAULO MAZZOCO JUNIOR, PAULO VITOR DE PAULA PEREIRA, QIC INTERNATIONAL EQUITIES FUND, QIC LISTED EQUITIES FUND, RAPHAEL MOTA GARRIDO, REGINALDO GONCALVES DE LIMA JUNIOR, ROBERTO DE ARAUJO, RODRIGO LIRA FRANCO, RODRIGO VARGAS DA ROSA, RONNE PETERSON DE FARIA OLIVEIRA, SCHWAB GLOBAL REAL ESTATE FUND, SERGIO LINCON ANDRADE, SERGIO ROBERTO NOBRE, SPDR SP EMERGING MARKETS SMALL CAP ETF, STATE OF ALASKA RETIREMENT AND BENEFITS PLANS, TEACHERS RETIREMENT SYSTEM OF THE CITY OF NEW YORK, THE BOARD OF A.C.E.R.S. LOS ANGELES, CALIFORNIA, THE INCUBATION FUND, LTD., UNIVERSAL-INVESTMENT-GE. MBH ON B. OF LVUI EQ. EM. MKTS, UTAH STATE RETIREMENT SYSTEMS, VANECK VECTORS BRAZIL SMALL-CAP ETF, VANGUARD EMERGING MARKETS STOCK INDEX FUND, VANGUARD ESG INTERNATIONAL, VANGUARD F. T. C. INST. TOTAL INTL STOCK M. INDEX TRUST II, VANGUARD FIDUCIARY TRT COMPANY INSTIT T INTL STK MKT INDEX T, VANGUARD FUNDS PLC / VANGUARD ESG EMERGING MARKETS, VANGUARD FUNDS PLC / VANGUARD ESG GLOBAL ALL CAP U, VANGUARD INV FUNDS ICVC-VANGUARD FTSE GLOBAL ALL CAP INDEX F, VANGUARD INVESTMENT SERIES PLC / VANGUARD ESG EMER, VANGUARD TOTAL INTERNATIONAL STOCK INDEX FD, A SE VAN S F, VICTOR BRITO DOMINGUES, VIDALVO SILVINO DA COSTA FILHO, WGI EMERGING MARKETS RESEARCH FUND, LLC, WILLIAM SFALSIN MANHAES, XTRACKERS INTERNATIONAL REAL ESTATE ETF, YAN GOMES ROQUE

Em Assembleia Geral Extraordinária

ACADIAN COLLECTIVE INVESTMENT TRUST, ALBERTO RODOLFO GONCALVES, ANTONIO LAUDECI MANTOVANI, ANTONIO RODRIGUES DA SILVA NETO, BLACKROCK GLOBAL FUNDS, BRUNO HENRIQUE BORGES DA SILVA, CC&L Q EMERGING MARKETS EQUITY FUND, CITY OF NEW YORK GROUP TRUST, DAVI FERREIRA DE MENEZES, ELIAS CARLO AGUAYO CABANA, ERIC VIVIAN FABRIS, FABIO SEARES CARNUT, FERNANDO HENRIQUE RAMALHO, FIRST TRUST EMERGING MARKETS SMALL CAP ALPHADDEX FUND, GUILHERME DOS SANTOS BRAGA, HENRIQUE MARCELO DE SOUSA TEODORO, JESIEL SILVEIRA DA SILVA, JORGE LADEIA DO PRADO, JOSE FRANCISCO BRAND GUIMARAES, LUCAS FERREIRA FLORES, LUIZ AUGUSTO ALVES DA SILVA, MARCO ISMAEL WILCHEN BECKER, NORGE BANK, PEOPLE S BANK OF CHINA, POLICE AND FIREMEN'S RETIREMENT SYSTEM OF NEW JERS, PUBLIC EMPLOYEES

RETIREMENT SYSTEM OF OHIO, RODRIGO FRAY DA SILVA, THOMAS PHILIP DUCK, TIAGO VASCONCELOS FIERECK, VINICIUS TANAKA BALOGH, GEOVAN DANTAS FERRAZ, CC&L Q MARKET NEUTRAL FUND II, MARCELO FERREIRA DE MELO, BLACKROCK EMERGING MARKETS EX-CHINA FUND OF BLACKROCK FUNDS, ILFRAN LOPES GONCALVES, RAM (LUX) SYSTEMATIC FUNDS, ELBERT DA SILVA LEO, VANGUARD TOTAL WORLD STOCK INDEX FUND, A SERIES OF, ACADIAN GL ALLCTRY EXCHINA EQ DYN EXT MASTER FUND, ACADIAN GLOBAL MARKET NEUTRAL FUND, LLC, ALASKA PERMANENT FUND, ALEXANDRE PAULA SILVA, ALEXSANDER VIEIRA AMARANTE, ALLANN FANK ANDRADE, ALUISIO MENDES DA ROCHA FILHO, AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK, AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK, AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK, AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK, AMERICAN CENTURY ETF TRUST-AVANTIS EMERGING MARKET, AMERICAN CENTURY ETF TRUST-AVANTIS RESPONSIBLE EME, ANDERSON DIMITRI MOREIRA COELHO, ANDRE LUIS PINHEIRO, ANDRE LUIZ SILVA OLIVEIRA, ARNOLDO PANCHENIAK FILHO, ASSIS ROGERIO GOMES DA SILVA PAULO, BLACKROCK LATIN AMERICAN INVESTMENT TRUST PLC, BRUNO DE ANDRADE MARTINS, CAISSE DE DEPOT ET PLACEMENT DU QUEBEC, CALIFORNIA PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM, CARLOS ALBERTO BATISTA DA SILVA, CC&L Q EMERGING MARKETS EQUITY FUND LP, CC&L Q GLOBAL SMALL CAP EQUITY FUND, CC&L Q GLOBAL SMALL CAP EQUITY UCITS FUND, A SUB-FUND OF CON, CCANDL Q EMERGING MARKETS EQUITY UCITS FUND A SUB FUND OF CO, CONNOR CLARK & LUNN COLLECTIVE INVESTMENT TRUST, CUSTODY B. OF J. LTD. RE: SMTB AXA IM E. S. C. E. M. F., DANIEL DE QUEIROZ MENDES DA COSTA, DANIEL GRAVALOS, DANIEL LANNES POUBEL, EDERSON MENDES BATISTA, EDUARDO RAFAEL BORGES, ELAINE RODRIGUEZ DE SOUZA, EMER MKTS CORE EQ PORT DFA INVEST DIMENS GROU, ERISMAR MESQUITA SILVA, FABIO CLERICI, FABIO JUNJI SASSAKI, FABIO LUIZ GIROTTO, FERNANDA DE NORONHA FERREIRA DASCENCZE, FERNANDO MARIO PREIHS GUIMARAES, FRANCESCA ROSA SIGGIA GUERREIRO, FRANCISCO GIONNEY MARQUES RODRIGUES, GERALDO A DOS S GONCALVES, GISELLE PEREIRA AMIKY, GLAUBER SILVA ANDRADE, GLAYCE SOARES BRANDAO, GUILHERME APARECIDO BATISTA, GUSTAVO EDMUNDO LAMBERTUCCI, GUSTAVO SPITALE MACHADO JACQUES, HENRIQUE AUGUSTO DE OLIVEIRA MOTA, HENRIQUE NOLETO DE SOUSA, IGOR RAMOS DE OLIVEIRA, JEAN CARLOS BRUSTOLIN, JOAO DE DEUS PIRES FILHO, JOSE EDUARDO JACQUES ROMAGNA, JOSE LUIZ SOLA PEREIRA, JOSIAS CRISTIANO FOGACA, JULIANO BATISTA BENEDETTO, JULIANO TADEU

MARTINS FRANCO, JULIO CESAR BASTOS FERNANDES, LEONARDO FROTA, LEONARDO MADUREIRA SEPULVEDA, LOCKHEED MARTIN CORP MASTER RETIREMENT TRUST, LUCAS COLZANI, LUCAS HAUBERT, LUIZ OTAVIO DE OLIVEIRA RAMOS, LUIZ RICARDO DE ALMEIDA MARTINS, MARCELO NATALINO FERREIRA DA CUNHA, MARCUS FELIPE DE SOUZA PEREIRA, MATEUS HENRIQUE NERY DE SANTANA, MATEUS PRINCE ANTUNES, MAURI WOORD, MAURO MACEDO MACHADO, MERCER INTERNATIONAL EQUITY FUND, MURAD SAID SALEH YUSUF SAID, PAULO HENRIQUE SILVEIRA DE LIMA, PAULO MAZZOCO JUNIOR, PAULO VITOR DE PAULA PEREIRA, QIC INTERNATIONAL EQUITIES FUND, QIC LISTED EQUITIES FUND, RAFAEL PONTE DE SALES ANDRADE, RAPHAEL MOTA GARRIDO, REGINALDO GONCALVES DE LIMA JUNIOR, ROBERTO DE ARAUJO, RODRIGO LIRA FRANCO, RODRIGO VARGAS DA ROSA, RONNE PETERSON DE FARIA OLIVEIRA, SCHWAB GLOBAL REAL ESTATE FUND, SERGIO LINCON ANDRADE, SERGIO ROBERTO NOBRE, SPDR SP EMERGING MARKETS SMALL CAP ETF, STATE OF ALASKA RETIREMENT AND BENEFITS PLANS, TEACHERS RETIREMENT SYSTEM OF THE CITY OF NEW YORK, THE BOARD OF A.C.E.R.S. LOS ANGELES, CALIFORNIA, THE INCUBATION FUND, LTD., UNIVERSAL-INVESTMENT-GE. MBH ON B. OF LVUI EQ. EM. MKTS, UTAH STATE RETIREMENT SYSTEMS, VANECK VECTORS BRAZIL SMALL-CAP ETF, VANGUARD EMERGING MARKETS STOCK INDEX FUND, VANGUARD ESG INTERNATIONAL, VANGUARD F. T. C. INST. TOTAL INTL STOCK M. INDEX TRUST II, VANGUARD FIDUCIARY TRT COMPANY INSTIT T INTL STK MKT INDEX T, VANGUARD FUNDS PLC / VANGUARD ESG EMERGING MARKETS, VANGUARD FUNDS PLC / VANGUARD ESG GLOBAL ALL CAP U, VANGUARD INV FUNDS ICVC-VANGUARD FTSE GLOBAL ALL CAP INDEX F, VANGUARD INVESTMENT SERIES PLC / VANGUARD ESG EMER, VANGUARD TOTAL INTERNATIONAL STOCK INDEX FD, A SE VAN S F, VICTOR BRITO DOMINGUES, VIDALVO SILVINO DA COSTA FILHO, WGI EMERGING MARKETS RESEARCH FUND, LLC, WILLIAM SFALSIN MANHAES, XTRACKERS INTERNATIONAL REAL ESTATE ETF, YAN GOMES ROQUE

**ANEXO I À ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA EZ TEC
EMPREENHIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A., REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2026.**

EZ TEC EMPREENHIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1. EZ TEC EMPREENHIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações que se rege pelo presente Estatuto Social ("Estatuto") e pela legislação a ela aplicável.

Parágrafo 1º – Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado da B3 ("Regulamento do Novo Mercado").

Parágrafo 2º - As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto.

Artigo 2. A Companhia tem sede e domicílio legal na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo, por deliberação da Diretoria, abrir e encerrar filiais, depósitos, escritórios, representações e quaisquer outros estabelecimentos no País ou no exterior.

Artigo 3. A Companhia tem por objeto social: (i) a incorporação e comercialização de empreendimentos imobiliários de qualquer natureza, inclusive por meio de financiamento; (ii) a administração e locação de imóveis próprios; (iii) loteamentos de terrenos; (iv) a construção de condomínios; (v) a prestação de serviços relativos à construção, supervisão, estudos e projetos e a execução de quaisquer obras e serviços de engenharia civil em todas as suas modalidades técnicas e econômicas; e (vi) a participação em outras sociedades, empresárias ou não, na qualidade de sócia, quotista ou acionista.

Artigo 4. O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II DO CAPITAL SOCIAL, DAS AÇÕES E DOS ACIONISTAS

Artigo 5. O capital social da Companhia é de R\$ 4.301.053.314,58 (quatro bilhões, trezentos e um milhões, cinquenta e três mil, trezentos e quatorze reais e cinquenta e oito centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 281.000.000 (duzentas e oitenta e uma milhões) de ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Artigo 6. A Companhia fica autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, até o limite de 300.000.000 (trezentos milhões) de ações ordinárias, incluídas as ações já emitidas. O capital

pode ser aumentado por meio da subscrição de novas ações ordinárias, ou de capitalização de lucros ou reservas com ou sem a emissão de novas ações, com ou sem bonificações de ações.

Parágrafo 1º - O Conselho de Administração fixará as condições da emissão, inclusive o preço de emissão e o prazo e forma de integralização.

Parágrafo 2º - Dentro do limite do capital autorizado e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, a Companhia poderá outorgar opção de compra de ações a seus Administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle, assim como aos Administradores e empregados de outras sociedades sob o seu controle, sem direito de preferência para os acionistas.

Parágrafo 3º - É vedado à Companhia emitir Partes Beneficiárias.

Artigo 7. O capital social será representado exclusivamente por ações ordinárias e a cada ação ordinária corresponderá o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Parágrafo Único - A Companhia não poderá emitir ações preferenciais.

Artigo 8. A Companhia deverá manter todas as ações de sua emissão em contas de depósito, em nome de seus titulares, junto à instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários.

Parágrafo Único - Observados os limites máximos fixados pela Comissão de Valores Mobiliários, o custo de transferência relativo às ações escriturais poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição depositária, conforme definido em contrato de escrituração de ações.

Artigo 9. A critério do Conselho de Administração, poderá ser realizada emissão, sem direito de preferência ou com redução do prazo de que trata o Parágrafo 4º do Artigo 171 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações em oferta pública para aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei, dentro do limite do capital autorizado.

CAPÍTULO III DA ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 10. A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem, quando convocada nos termos da Lei das Sociedades por Ações ou deste Estatuto, sendo permitida a realização simultânea de Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária.

Parágrafo 1º - As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria absoluta de votos presentes, ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações e neste Estatuto.

Parágrafo 2º - A Assembleia Geral que deliberar sobre o cancelamento de registro de companhia aberta ou a saída da Companhia no Novo Mercado, deverá ser convocada com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência.

Parágrafo 3º - A Assembleia Geral só poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações, os quais deverão constar do respectivo edital de convocação, que deverá ser publicado por no mínimo 3 (três) vezes, conforme previsto na legislação aplicável, sendo a primeira publicação com no mínimo 21 (vinte e um) dias de antecedência, devendo conter data, hora e local da Assembleia Geral.

Parágrafo 4º - Nas Assembleias Gerais, os acionistas deverão apresentar à Companhia, com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, além do documento de identidade e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso: (i) comprovante expedido pela instituição escrituradora, no máximo, 5 (cinco) dias antes da data da realização da Assembleia Geral; (ii) o instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante; e/ou (iii) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente.

Parágrafo 5º - As atas de Assembleia deverão ser: (i) lavradas no livro de Atas das Assembleias Gerais na forma de sumário dos fatos ocorridos, contendo a indicação resumida do sentido do voto dos acionistas presentes, dos votos em branco e das abstenções; e (ii) publicadas/divulgadas com omissão das assinaturas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 11. A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência ou impedimento, por outro Conselheiro, Diretor ou acionista indicado por escrito pelo Presidente do Conselho de Administração. Caso o Presidente do Conselho de Administração não realize tal indicação, o presidente da Assembleia Geral será escolhido por maioria de votos dos acionistas presentes. O Presidente da Assembleia Geral indicará até 2 (dois) Secretários.

Artigo 12. Compete à Assembleia Geral, além das atribuições previstas na Lei das Sociedades por Ações e neste Estatuto:

- I. eleger e destituir os membros do Conselho de Administração;
- II. fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;
- III. reformar este Estatuto;
- IV. deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, incorporação da Companhia, ou de qualquer sociedade na Companhia;
- V. atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;

- VI.** aprovar plano de opção de compra de ações;
- VII.** deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos;
- VIII.** eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;
- IX.** deliberar sobre a dispensa de realização de oferta pública para aquisição de ações, nos termos do parágrafo 1º do Artigo 33;
- X.** deliberar o cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM;
- XI.** deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração; e
- XII.** deliberar sobre a emissão de debêntures conversíveis em ações de emissão da Companhia, observado o disposto na Lei das Sociedades por Ações e no Artigo 17, XX, deste Estatuto.
- XIII.** eleger os membros do Conselho Fiscal, quando solicitado nos termos do art. 161 da Lei das Sociedades por Ações.

CAPÍTULO IV DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Seção I Das Disposições Gerais

Artigo 13. A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, de acordo com as disposições legais aplicáveis e o presente Estatuto.

Parágrafo 1º - A posse dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria fica condicionada à assinatura de termo de posse lavrado em livro próprio, assinado pelo administrador empossado, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 37 deste Estatuto, dispensada qualquer garantia de gestão.

Parágrafo 2º - A Assembleia Geral fixará uma verba global anual para a remuneração dos Administradores e caberá ao Conselho de Administração deliberar sobre a distribuição da verba individualmente, observado o disposto neste Estatuto.

Seção II Do Conselho de Administração

Artigo 14. O Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 11 (onze) membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo 1º - Na Assembleia Geral Ordinária, os acionistas deverão definir qual o número efetivo de membros do Conselho de Administração.

Parágrafo 2º - Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser Conselheiros Independentes, conforme a

definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como Conselheiros Independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os elege, sendo que na hipótese de haver acionista controlador também será(ão) considerado(s) como independente(s) o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante faculdade prevista pelo Artigo 141, Parágrafos 4º e 5º da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 3º - Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no parágrafo acima, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

Parágrafo 4º - Os membros do Conselho de Administração serão investidos nos seus cargos mediante a assinatura de termo lavrado em livro próprio. Os membros do Conselho de Administração deverão permanecer em seus cargos e no exercício de suas funções até que sejam eleitos seus substitutos, exceto se de outra forma for deliberado pela Assembleia Geral de Acionistas.

Parágrafo 5º - O membro do Conselho de Administração deve ter reputação ilibada, não podendo ser eleito, salvo dispensa da Assembleia Geral, aquele que (i) ocupar cargos em Companhias que possam ser consideradas concorrentes da Companhia; ou (ii) tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia; não poderá ser exercido o direito de voto pelo membro do Conselho de Administração caso se configurem, supervenientemente, os mesmos fatores de impedimento.

Parágrafo 6º - O membro do Conselho de Administração não poderá ter acesso a informações ou participar de reuniões de Conselho de Administração, relacionadas a assuntos sobre os quais tenha ou represente interesse conflitante com a Companhia.

Parágrafo 7º - O Conselho de Administração, para melhor desempenho de suas funções, poderá criar comitês ou grupos de trabalho com objetivos definidos, sendo integrados por pessoas por ele designadas dentre os membros da administração e/ou outras pessoas ligadas, direta ou indiretamente, à Companhia. Caberá ao Conselho de Administração a aprovação do regimento interno dos comitês ou grupos de trabalho eventualmente criados.

Parágrafo 8º - Caso qualquer acionista deseje indicar um ou mais representantes para compor o Conselho de Administração que não sejam membros em sua composição mais recente, tal acionista deverá notificar a Companhia por escrito com 5 (cinco) dias de antecedência em relação à data da Assembleia Geral que elegerá os Conselheiros, informando o nome, a qualificação e o currículo profissional completo dos candidatos.

Artigo 15. O Conselho de Administração terá 1 (um) Presidente e 1 (um) Vice-Presidente, que serão escolhidos pela maioria de votos dos conselheiros presentes, na primeira reunião do Conselho de Administração que ocorrer imediatamente após a posse de tais membros, ou sempre que ocorrer renúncia ou vacância naqueles cargos. O Vice-Presidente exercerá as funções do Presidente em suas ausências e impedimentos temporários, independentemente de qualquer formalidade. Na hipótese de ausência ou impedimento temporário do Presidente e do Vice-Presidente, as funções do Presidente serão exercidas por outro membro do Conselho de Administração indicado pelo Presidente.

Parágrafo 1º - Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia, não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

Parágrafo 2º - O Presidente do Conselho de Administração convocará e presidirá as reuniões do órgão e as Assembleias Gerais, ressalvadas, no caso das Assembleias Gerais, as hipóteses em que indique por escrito outro Conselheiro, Diretor ou acionista para presidir os trabalhos.

Parágrafo 3º - Nas deliberações do Conselho de Administração, será atribuído ao Presidente do órgão o voto de qualidade, no caso de empate na votação.

Artigo 16. O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 12 (doze) vezes por ano, sendo, pelo menos, 01 (uma) vez a cada mês, e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente do Conselho de Administração ou pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração. As reuniões do Conselho poderão ser realizadas, excepcionalmente, por conferência telefônica, vídeo ou audioconferência, correio eletrônico ou por qualquer outro meio de comunicação.

Parágrafo 1º - As convocações para as reuniões deverão discriminar a ordem do dia das respectivas reuniões e serão feitas por escrito com antecedência mínima de 8 (oito) dias, mediante entrega pessoal, correio eletrônico ou por fax aos conselheiros nos locais por eles informados à Companhia. Todo e qualquer material de apoio necessário e pertinente às deliberações a serem tomadas nas reuniões deverá ser encaminhado, nas mesmas condições das convocações, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias das reuniões.

Parágrafo 2º - Todas as deliberações do Conselho de Administração constarão de atas lavradas no competente Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração da Companhia e assinadas pelos conselheiros presentes.

Parágrafo 3º - Nas reuniões do Conselho de Administração são admitidos o voto escrito antecipado e o voto proferido por fax, correio eletrônico ou por qualquer outro meio de comunicação, computando-se como presentes os membros que assim votarem.

Parágrafo 4º - Será dispensada a convocação de que trata o Parágrafo 1º deste Artigo se estiverem presentes à reunião todos os membros em exercício do Conselho de Administração.

Parágrafo 5º - O quórum de instalação das reuniões do Conselho de Administração será de, no mínimo, 3 (três) membros. As deliberações serão tomadas por maioria de votos dos membros presentes à reunião.

Artigo 17. Compete ao Conselho de Administração, além de outras atribuições que lhe sejam atribuídas pela Lei das Sociedades por Ações ou pelo Estatuto:

I. exercer as funções normativas das atividades da Companhia, podendo avocar para seu exame e deliberação qualquer assunto que não se compreenda na competência privativa da Assembleia Geral ou da Diretoria;

- II.** fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- III.** eleger e destituir os Diretores da Companhia;
- IV.** atribuir aos Diretores as respectivas funções, atribuições e limites de alçada não especificados neste Estatuto;
- V.** deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral, quando julgar conveniente, ou no caso do Artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações;
- VI.** fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitando informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;
- VII.** apreciar os resultados trimestrais das operações da Companhia;
- VIII.** escolher e destituir os auditores independentes, observando-se, nessa escolha, o disposto na legislação aplicável. A empresa de auditoria externa reportar-se-á ao Conselho de Administração;
- IX.** convocar os auditores independentes para prestar os esclarecimentos que entender necessários;
- X.** apreciar o Relatório da Administração e as contas da Diretoria e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral;
- XI.** aprovar os orçamentos anuais e suas respectivas alterações, em especial aquelas que, no conjunto, signifiquem um aumento nas despesas superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), os planos anuais e quinquenais de negócios, os projetos de expansão e os programas de investimento, bem como acompanhar sua execução;
- XII.** aprovar proposta para operações de mudança do tipo societário da Companhia, incluindo transformação, cisão, incorporação, incorporação de ações e fusão que envolvam a Companhia;
- XIII.** determinar a realização de inspeções, auditoria ou tomada de contas nas subsidiárias, controladas ou coligadas da Companhia;
- XIV.** manifestar-se, previamente, sobre qualquer assunto a ser submetido à Assembleia Geral;
- XV.** autorizar a emissão de ações da Companhia, nos limites do capital autorizado previsto no Artigo 6º deste Estatuto, fixando as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização, bem como o limite de aumento de capital decorrente do exercício do bônus de subscrição ou conversão das debêntures em número de ações, podendo, ainda, excluir (ou reduzir prazo para) o direito de preferência nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis em ações, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou em oferta pública para aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei;

XVI. exceto pelas hipóteses previstas como de competência exclusiva da Assembleia Geral, nos termos da regra da CVM que disciplina as negociações pela Companhia com as ações de sua própria emissão, autorizar a aquisição pela Companhia de ações de sua própria emissão, ou sobre o lançamento de opções de venda e compra referenciadas em ações de emissão da Companhia, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação;

XVII. deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição;

XVIII. autorizar a outorga de opção de compra de ações a seus Administradores ou empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia, sem direito de preferência para os acionistas nos termos dos planos aprovados em Assembleia Geral;

XIX. estabelecer a política geral de salários e de quaisquer benefícios, bônus, qualquer outro componente de remuneração e participação nos resultados da Companhia, bem como demais políticas gerais da Companhia, obrigatórias ou não, nos termos do Regulamento do Novo Mercado;

XX. deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real, bem como sobre a emissão de *commercial papers*;

XXI. autorizar a Companhia a prestar garantias a obrigações de terceiros que não sejam sociedades controladas pela Companhia;

XXII. aprovar qualquer aquisição ou alienação de bens ou direitos do ativo permanente, não prevista no orçamento anual, envolvendo um valor de mercado superior a R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais);

XXIII. aprovar a criação de ônus reais sobre os bens ou direitos da Companhia ou a outorga de garantias a terceiros, em qualquer desses casos não prevista no orçamento anual, cujo valor seja superior a R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais);

XXIV. elaborar e divulgar parecer fundamentado manifestando-se favorável ou contrariamente sobre qualquer oferta pública para aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública para aquisição de ações, incluindo, ao menos: (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública para aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto de seus acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (iii) as alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição disponíveis no mercado;

XXV. definir a empresa especializada em avaliação econômica de empresas, para a preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia, na hipótese prevista no Artigo 30 deste Estatuto;

XXVI. aprovar a contratação da instituição depositária prestadora dos serviços de ações escriturais;

XXVII.requerer a recuperação judicial ou extrajudicial ou a falência da Companhia;

XXVIII. dispor, observadas as normas deste Estatuto e da legislação vigente, sobre a ordem de seus trabalhos e adotar ou baixar normas regimentais para seu funcionamento; e

XXIX. observado o disposto na legislação aplicável, deliberar sobre a celebração de transações com partes relacionadas, nos termos da Política de Transação com Partes Relacionadas da Companhia vigente à época da celebração.

Seção III Da Diretoria

Artigo 18. A Diretoria, cujos membros serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, será composta de, no mínimo, 4 (quatro) e, no máximo, 12 (doze) Diretores, sendo: 1 (um) Diretor Presidente, 2 (dois) Diretores Vice-Presidentes, 1 (um) Diretor Financeiro, 1 (um) Diretor de Relação com Investidores, 1 (um) Diretor Técnico, e os demais Diretores sem designação específica, permitida a cumulação de cargos, desde que observado o número mínimo de 4 (quatro) Diretores. Os Diretores sem designação específica, quando eleitos, deverão ter sua designação e competências definidos pelo Conselho de Administração quando de sua eleição.

Parágrafo 1º - Compete ao Diretor Presidente coordenar a ação dos demais Diretores e dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia, além das funções, atribuições e poderes a ele cometidos pelo Conselho de Administração: (i) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (ii) superintender as atividades de administração da Companhia, coordenando e supervisionando as atividades dos membros da Diretoria; (iii) anualmente, elaborar e apresentar ao Conselho de Administração o plano anual de negócios e o orçamento anual da Companhia; e (iv) atribuir aos demais Diretores funções e atribuições não especificadas neste Estatuto.

Parágrafo 2º - Compete aos Diretores Vice-Presidentes: (i) superintender as atividades de administração da Companhia, coordenando e supervisionando as atividades dos membros da Diretoria em conjunto com o Diretor Presidente; (ii) convocar e presidir as reuniões da Diretoria na ausência do Diretor Presidente; (iii) auxiliar o Diretor Presidente na elaboração do plano anual de negócios e orçamento anual da Companhia; e (iv) exercer outras funções ou atribuições que lhes forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Presidente e o Conselho de Administração da Companhia.

Parágrafo 3º - Compete ao Diretor Financeiro, além das funções, atribuições e poderes a ele cometidos pelo Conselho de Administração: (i) supervisionar através de controladoria as atividades relativas às operações de natureza financeira da Companhia, no que se refere ao cumprimento dos compromissos financeiros legais, administrativos, orçamentários, fiscais e contratuais das operações; (ii) gerir as informações de desempenho e os resultados econômico-financeiro das diversas áreas da Companhia de acordo com as metas estabelecidas; (iii) administrar e aplicar os recursos financeiros; (iv) coordenar a implantação de sistemas financeiros e de informação gerencial; (v) promover estudos de planejamento financeiro e propor alternativas para o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia, inclusive auxiliando os Diretores Presidente e Vice Presidente na elaboração do plano anual

de negócios e orçamento anual da Companhia; (vi) fazer avaliações econômico- financeiras e pronunciar-se a respeito de alienações, fusões e aquisições pela Companhia; (vii) preparar as Demonstrações Financeiras da Companhia; (viii) responsabilizar-se pela contabilidade da Companhia para atendimento das determinações legais; e (ix) exercer outras funções ou atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Presidente.

Parágrafo 4º - Compete ao Diretor de Relações com Investidores: (i) representar a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais onde os valores mobiliários de sua emissão forem admitidos à negociação; (ii) representar a Companhia perante o público investidor prestando as informações necessárias; (iii) monitorar o cumprimento das obrigações dispostas neste Estatuto pelos acionistas da Companhia e reportar à Assembleia Geral e ao Conselho de Administração, quando solicitado, suas conclusões, relatórios e diligências; (iv) tomar providências para manter atualizado o registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários; e (v) exercer outras funções ou atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Presidente.

Parágrafo 5º - Compete ao Diretor Técnico: (i) responsabilizar-se pelas obras de engenharia; (ii) coordenar e supervisionar o suprimento de obras; (iii) planejar, definir e coordenar as atividades da área técnica da Companhia; (iv) assessorar o Conselho de Administração nas decisões estratégicas envolvendo questões tecnológicas; (v) planejar, sugerir, definir e coordenar as melhorias e novos procedimentos a serem incorporados aos empreendimentos da Companhia; (vi) realizar manutenção de garantia legal a todas as unidades de empreendimentos entregues; e (vii) exercer outras funções ou atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Presidente.

Artigo 19. A eleição da Diretoria ocorrerá até 5 (cinco) dias úteis após a data da realização da Assembleia Geral Ordinária, podendo a posse dos eleitos coincidir com o término do mandato dos seus antecessores. Os Diretores poderão cumular funções e terão prazo de mandato unificado de 2 (dois) exercícios anuais, considerando-se exercício anual o período compreendido entre 2 (duas) Assembleias Gerais Ordinárias, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo 1º - Os membros da Diretoria não reeleitos permanecerão no exercício dos respectivos cargos até a posse dos novos Diretores.

Parágrafo 2º - Na hipótese de impedimento definitivo ou vacância do cargo, observar-se-á o seguinte: (a) quando do Diretor Presidente ou do Diretor Financeiro, será imediatamente convocada reunião do Conselho de Administração para que seja preenchido o cargo; (b) nos demais casos caberá ao Diretor Presidente indicar, havendo ausência ou impedimento eventual de qualquer diretor, um diretor substituto que cumulará as atribuições de seu cargo com as do diretor substituído, devendo ser realizada, dentro de 30 (trinta) dias no máximo, reunião do Conselho de Administração para eleição do substituto, que completará o mandato do diretor substituído.

Parágrafo 3º - A ausência ou impedimento de qualquer diretor por período contínuo superior a 30 (trinta) dias, exceto se autorizada pelo Conselho de Administração, determinará o término do respectivo mandato, aplicando-se o disposto no Parágrafo 2º deste Artigo.

Artigo 20. A Diretoria tem todos os poderes para praticar os atos necessários à consecução do objeto social, por mais especiais que sejam, inclusive para alienar e onerar bens, renunciar a direitos, transigir e acordar, observadas as disposições legais ou estatutárias pertinentes e as deliberações tomadas pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração. Compete-lhe administrar e gerir os negócios da Companhia, especialmente:

- I. cumprir e fazer cumprir este Estatuto e as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- II. submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de aplicação dos lucros apurados no exercício anterior;
- III. apresentar, trimestralmente, ao Conselho de Administração, o balancete econômico-financeiro e patrimonial detalhado, da Companhia e suas controladas;
- IV. deliberar a criação, transferência e encerramento de filiais, agências, depósitos e quaisquer outros estabelecimentos da Companhia no País; e
- V. deliberar a criação e supressão de controladas ou subsidiárias integrais, e a participação da Companhia em outras sociedades, ou empreendimentos no País ou no exterior.

Artigo 21. A representação da Companhia, em todos os atos que envolvam obrigações ou responsabilidades, cabe:

- I. a dois diretores em conjunto, sendo um deles o Diretor Presidente ou qualquer dos Diretores Vice-Presidentes;
- II. a um ou mais procuradores em conjunto, observados os poderes especificados em procuração.

Parágrafo Único - Na outorga de mandatos de que trata o item "II" acima, a Companhia deve ser representada, necessariamente, por dois diretores em conjunto, sendo um deles o Diretor Presidente ou qualquer dos Diretores Vice-Presidentes, devendo ser especificados no instrumento os atos ou operações que podem ser praticados e o prazo de sua duração, que, no caso de mandato judicial, pode ser indeterminado.

Seção IV Do Conselho Fiscal

Artigo 22. O Conselho Fiscal funcionará de modo não permanente, com os poderes e atribuições a ele conferidos por lei, e somente será instalado por deliberação da Assembleia Geral, ou a pedido dos acionistas, nas hipóteses previstas em lei.

Parágrafo 1º - O Conselho Fiscal da Companhia com as atribuições estabelecidas em lei será composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros e igual número de suplentes.

Parágrafo 2º - Os membros do Conselho Fiscal terão o mandato unificado de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos.

Parágrafo 3º - Os membros do Conselho Fiscal, em sua primeira reunião, elegerão o seu Presidente.

Parágrafo 4º - A posse dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, fica condicionada à assinatura de termo de posse lavrado em livro próprio, assinado pelo membro do Conselho Fiscal empossado, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 37 deste Estatuto.

Parágrafo 5º - Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, pelo respectivo suplente.

Parágrafo 6º - Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar; não havendo suplente, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição de membro para o cargo vago.

Artigo 23. Quando instalado, o Conselho Fiscal se reunirá, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, sempre que necessário e analisará, ao menos trimestralmente, as demonstrações financeiras.

Parágrafo 1º - Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regularmente convocada a reunião à qual comparecer a totalidade dos membros do Conselho Fiscal.

Parágrafo 2º - O Conselho Fiscal se manifesta por maioria absoluta de votos, presente a maioria dos seus membros.

Parágrafo 3º - Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal e assinadas pelos Conselheiros presentes.

Parágrafo 4º - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral Ordinária que os eleger, observado o Parágrafo 3º do Artigo 162 da Lei das Sociedades por Ações.

CAPÍTULO V DO EXERCÍCIO SOCIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Artigo 24. O exercício social se inicia em 1º de janeiro e se encerra em 31 de dezembro de cada ano.

Parágrafo Único - Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar as demonstrações financeiras da Companhia, com observância dos preceitos legais pertinentes e do Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 25. Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, o Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, calculado após a dedução das participações referidas no Artigo 190 da Lei das Sociedades por Ações, ajustado para fins do cálculo de dividendos nos termos do Artigo 202 da mesma lei, observada a seguinte ordem de dedução:

I. 5% (cinco por cento) será aplicado antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o Parágrafo 1º do Artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;

II. uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores, nos termos do Artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações;

III. uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo obrigatório anual aos acionistas, observado o disposto no Parágrafo 1º deste Artigo;

IV. no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do Parágrafo 1º deste Artigo, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no Artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações;

V. uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do Artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações;

VI. a Companhia manterá a reserva de lucros estatutária denominada "Reserva de Expansão", que terá por fim financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive por meio da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos empreendimentos, a qual será formada com até 100% (cem por cento) do lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias e cujo saldo, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas a reserva de lucros a realizar e a reserva para contingências, não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do capital social subscrito da Companhia; e

VII. o saldo terá a destinação que lhe for dada pela Assembleia Geral, observadas as prescrições legais.

Parágrafo 1º - Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma prevista no Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 2º - A Assembleia Geral poderá atribuir aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria uma participação nos lucros, desde que o seu total não ultrapasse a remuneração anual dos Administradores, nem 10% (dez por cento) dos lucros, prevalecendo o limite que for menor, nos casos, forma e limites legais. Caberá ao Conselho de Administração, observado o limite disposto pela Assembleia Geral, a fixação dos critérios para a atribuição da participação nos lucros aos Administradores.

Parágrafo 3º - Caso o saldo das reservas de lucros ultrapasse o capital social, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou, ainda, na distribuição de dividendos aos acionistas.

Artigo 26. Por proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração, ad referendum da Assembleia Geral, poderá a Companhia pagar ou creditar juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio destes últimos, observada a legislação aplicável. As eventuais importâncias assim desembolsadas poderão ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório previsto neste Estatuto.

Parágrafo 1º - Em caso de creditamento de juros aos acionistas no decorrer do exercício social e atribuição dos mesmos ao valor do dividendo obrigatório, os acionistas serão compensados com os dividendos a que têm direito, sendo-lhes assegurado o pagamento de eventual saldo remanescente. Na hipótese de o valor dos dividendos ser inferior ao que lhes foi creditado, a Companhia não poderá cobrar dos acionistas o saldo excedente.

Parágrafo 2º - O pagamento efetivo dos juros sobre o capital próprio, tendo ocorrido o creditamento no decorrer do exercício social, se dará por deliberação do Conselho de Administração, no curso do exercício social ou no exercício seguinte, mas nunca após as datas de pagamento dos dividendos.

Artigo 27. A Companhia poderá levantar balanço semestral, ou em períodos inferiores, e declarar, por deliberação do Conselho de Administração:

- I. dividendo ou juros sobre capital próprio, à conta do lucro apurado em balanço semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver; e
- II. dividendo ou juros sobre capital próprio à conta de lucro apurado em balanço relativo a período inferior a 6 (seis) meses, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver, desde que o total de dividendo pago em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital.

Parágrafo Único – A Companhia poderá, ainda, por deliberação do Conselho de Administração declarar dividendo intermediário ou juros sobre capital próprio, à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver.

Artigo 28. Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia.

CAPÍTULO VI

DA ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO, DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA E DA SAÍDA DO NOVO MERCADO

Artigo 29. A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública para aquisição

de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

Parágrafo Único – Caso a aquisição do Controle também sujeite o adquirente à obrigação de realizar a OPA exigida nos termos do Artigo 30 deste Estatuto, o preço de aquisição será o maior entre os preços determinados no Regulamento do Novo Mercado e os previstos nos Parágrafos 2º e 9º do Artigo 30 deste Estatuto.

Artigo 30. Qualquer pessoa (incluindo, sem limitação, qualquer pessoa natural ou jurídica, fundo de investimento, condomínio, carteira de títulos ou qualquer outra forma de organização, residente, com domicílio ou com sede no Brasil ou no exterior), ou Grupo de Pessoas (abaixo definido), que adquira ou se torne titular, direta ou indiretamente, por meio de uma única operação ou de diversas operações e por qualquer motivo, de ações de emissão da Companhia, em quantidade igual ou superior a 15% (quinze por cento) do total de ações de emissão da Companhia ("Pessoa Relevante") deverá, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações em quantidade igual ou superior a 15% (quinze por cento) do total de ações de emissão da Companhia, realizar uma oferta pública para aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia ("OPA"), observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM e os termos deste Artigo.

Parágrafo 1º - A OPA deverá ser: (i) dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia; (ii) efetivada em leilão a ser realizado na B3; (iii) lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto no Parágrafo 2º deste Artigo; e (iv) paga à vista, em moeda corrente nacional, contra a aquisição na OPA de ações de emissão da Companhia.

Parágrafo 2º - O preço de aquisição na OPA de cada ação de emissão da Companhia deverá ser pago em moeda corrente nacional e à vista e não poderá ser inferior ao maior valor entre (i) 125% (cento e vinte e cinco por cento) da cotação unitária mais alta atingida pelas ações de emissão da Companhia durante o período de 12 (doze) meses anterior à realização da OPA em qualquer bolsa de valores em que as ações da Companhia forem negociadas, devidamente ajustado por eventos societários, tais como a distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio, grupamentos, desdobramentos, bonificações, exceto aqueles relacionados a operações de reorganização societária, e atualizado pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE/Taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia –SELIC até o momento do pagamento; (ii) 125% (cento e vinte e cinco por cento) do preço unitário mais alto pago pela Pessoa Relevante, a qualquer tempo, para uma ação ou lote de ações de emissão da Companhia, devidamente ajustado por eventos societários, tais como tais como a distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio, grupamentos, desdobramentos, bonificações, exceto aqueles relacionados a operações de reorganização societária, e atualizado pelo [Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE/Taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia –SELIC até o momento do pagamento; e (iii) no preço justo das ações, na forma estabelecida na legislação societária, apurado em laudo de avaliação ("Preço da OPA").

Parágrafo 3º - A realização da OPA mencionada no *caput* deste Artigo não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou, se for o caso, a própria Companhia, formular uma OPA concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

Parágrafo 4º - A Pessoa Relevante estará obrigada a atender as eventuais solicitações ou as exigências da CVM e da B3, formuladas com base na legislação aplicável, relativas à OPA, dentro dos prazos máximos prescritos na regulamentação aplicável.

Parágrafo 5º - Na hipótese da Pessoa Relevante não cumprir com as obrigações impostas por este Artigo, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos máximos (i) para a realização da OPA; ou (ii) para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM e da B3, ou com as obrigações previstas no Artigo 31 deste Estatuto, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual a Pessoa Relevante não poderá votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício dos direitos da Pessoa Relevante que não cumpriu com qualquer obrigação imposta por este Artigo, conforme disposto no Artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações, sem prejuízo da responsabilidade da Pessoa Relevante por perdas e danos causados aos demais acionistas em decorrência do descumprimento das obrigações impostas por este Artigo.

Parágrafo 6º - Qualquer Pessoa Relevante que adquira ou se torne titular de outros direitos, inclusive usufruto ou fideicomisso, sobre as ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior a 15% (quinze por cento) do total de ações de emissão da Companhia, estará igualmente obrigado a, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de tal aquisição ou do evento que resultou na titularidade de tais direitos sobre ações em quantidade igual ou superior a 15% (quinze por cento) do total de ações de emissão da Companhia, realizar uma OPA, nos termos descritos neste Artigo.

Parágrafo 7º - O disposto neste Artigo não se aplica na hipótese de uma pessoa se tornar titular de ações de emissão da Companhia em quantidade superior a 15% (quinze por cento) do total das ações de sua emissão em decorrência: (i) de sucessão legal, sob a condição de que o acionista aliene o excesso de ações em até 60 (sessenta) dias contados do evento relevante, observado o Artigo 42; (ii) da incorporação de uma outra sociedade ou de parcela cindida de outra sociedade pela Companhia; (iii) da incorporação de ações de uma outra sociedade pela Companhia; (iv) da transferência de ações de emissão da Companhia detidas por sociedades integrantes do bloco de controle da Companhia, conforme identificadas na base acionária da Companhia em 21 de junho de 2007 ("Data Base"), e/ou pelos seus respectivos Sucessores (em conjunto, "Acionistas Controladores") para as pessoas físicas que são seus respectivos acionistas/quotistas/sócios ou demais pessoas jurídicas por eles detidas direta ou indiretamente, ou seus respectivos Sucessores; (v) das operações societárias entre os Acionistas Controladores ou demais pessoas jurídicas por eles detidas direta ou indiretamente; (vi) da subscrição de ações da Companhia, realizada em uma única emissão primária, que tenha sido aprovada em Assembleia Geral de acionistas da Companhia, convocada pelo seu Conselho de Administração, e cuja proposta de aumento de capital tenha determinado a fixação do preço de emissão das ações com base no preço justo das ações, na forma estabelecida na legislação societária, obtido a partir de um laudo de avaliação econômico-financeira da Companhia realizada por empresa especializada com experiência comprovada em avaliação de companhias abertas; (vii) do exercício de bônus de subscrição

emitidos pela Companhia como vantagem adicional a subscritores de ações em aumento de capital da Companhia exclusivamente em relação aos direitos de preferência próprios (desconsiderados direitos de subscrição adquiridos no mercado ou de terceiros) e efetivamente exercidos em referido aumento de capital; ou (viii) de oferta pública para aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia, desde que tenha sido pago preço no mínimo equivalente ao Preço da OPA.

Parágrafo 8º - Para fins do cálculo do percentual de 15% (quinze por cento) do total de ações de emissão da Companhia descrito no caput deste Artigo, não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de recompra, resgate ou reembolso de ações, cancelamento de ações em tesouraria ou de redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações.

Parágrafo 9º - Caso a regulamentação da CVM aplicável à OPA prevista neste Artigo determine a adoção de um critério de cálculo para a fixação do preço de aquisição de cada ação da Companhia na OPA que resulte em preço de aquisição superior àquele determinado nos termos do Parágrafo 2º deste Artigo, deverá prevalecer na efetivação da OPA prevista neste Artigo aquele preço de aquisição calculado nos termos da regulamentação da CVM.

Parágrafo 10 - O laudo de avaliação de que trata este Artigo deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e Acionistas Controladores, devendo o laudo também satisfazer os requisitos previstos na regulamentação editada pela CVM aplicável às ofertas públicas de aquisição de ações de companhia aberta para cancelamento de registro. A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do preço justo das ações da Companhia é de competência privativa do Conselho de Administração. Os custos de elaboração do laudo de avaliação deverão ser suportados integralmente pelos responsáveis pela efetivação da oferta pública para aquisição das ações.

Parágrafo 11 - Para os fins do disposto neste Estatuto (1) o termo "Grupo de Pessoas" significa o grupo de pessoas: (i) entre as quais haja relação de controle; ou (ii) sob controle comum; (iii) vinculadas por contratos ou acordos de qualquer natureza, inclusive acordos de acionistas, seja diretamente ou por meio de sociedades ou outras pessoas controladas, controladores ou sob controle comum; ou (iv) que atuem representando um interesse comum. Será ainda considerado um "Grupo de Pessoas", os beneficiários finais de ações de emissão da Companhia, que detenham suas ações por intermédio de fundo de investimento ou veículo assemelhado, na hipótese de tal fundo de investimento ou veículo assemelhado ser liquidado, extinto ou realizar distribuições *in natura* de ativos e, por conseguinte, as ações de emissão da Companhia passarem a ser detidas diretamente por tais beneficiários finais, desde que, seja formalizado acordo entre tais pessoas, ou seja constituído novo veículo que passará a deter as ações. Para fins de esclarecimento, não serão considerados como integrantes de um mesmo Grupo de Pessoas: (a) fundos de investimento (ainda que exclusivos) cujo gestor (direto ou indireto) não seja o mesmo (desde que tal gestor possua gestão discricionária em tais fundos de investimento); e (b) fundos de investimento cujo gestor não seja uma pessoa controlada, controladora ou sob o controle comum de um acionista ou gestor de outro acionista fundo de investimento (desde que tal gestor possua

gestão discricionária em tais fundos de investimento); e (2) o termo "Sucessor(es)" significa, com relação a qualquer pessoa (incluindo, sem limitação, qualquer pessoa natural ou jurídica, fundo de investimento, condomínio, carteira de títulos ou qualquer outra forma de organização, residente, com domicílio ou com sede no Brasil ou no exterior), seus respectivos herdeiros, sucessores e cônjuges ou companheiros, cotistas, sócios e investidores, a qualquer título, incluindo como resultado de reorganizações societárias, em sucessão legítima ou testamentária, antecipação de legítima, doações, meações ou partilhas (inclusive por divórcios ou separações consensuais) ou planejamentos sucessórios (tais como transferência para trust ou entidade fiduciária similar), bem como as respectivas afiliadas de tais pessoas.

Artigo 31. Qualquer pessoa (incluindo, sem limitação, qualquer pessoa natural ou jurídica, fundo de investimento, condomínio, carteira de títulos ou qualquer outra forma de organização, residente, com domicílio ou com sede no Brasil ou no exterior), ou Grupo de pessoas, que tenha subscrito e/ou adquirido ações de emissão da Companhia, direta ou indiretamente, por meio de uma única operação ou de diversas operações e por qualquer motivo, em quantidade igual ou superior a 8% (oito por cento) do capital social da Companhia e que deseje realizar uma nova aquisição de ações de emissão da Companhia em bolsa de valores, estará obrigada a, previamente a cada nova aquisição, comunicar por escrito à Companhia, através da sociedade corretora pela qual pretenda adquirir as ações, sua intenção de adquirir outras ações de emissão da Companhia, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis da data prevista para a realização da nova aquisição de ações.

Artigo 32. A saída da Companhia do Novo Mercado pode ocorrer em decorrência (i) de decisão do acionista controlador ou da Companhia; (ii) de descumprimento de obrigações contidas no Regulamento do Novo Mercado; e (iii) do cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia ou da conversão de categoria do registro da CVM, hipótese na qual deve ser observado o disposto na legislação e na regulamentação em vigor.

Artigo 33. A saída voluntária da Companhia do Novo Mercado deverá ser precedida por oferta pública para aquisição de ações da Companhia, respeitado o Regulamento do Novo Mercado e as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo 1º - A oferta pública para aquisição de ações mencionada no caput poderá ser dispensada por Assembleia Geral, instalada conforme previsto no Regulamento do Novo Mercado, sendo que a deliberação deverá ocorrer pela maioria dos votos dos acionistas titulares de ações em circulação presentes à Assembleia Geral.

Parágrafo 2º -A saída da Companhia do Novo Mercado em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado está condicionada à efetivação de oferta pública para aquisição de ações com as mesmas características da oferta em caso de saída voluntária do Novo Mercado, respeitado o Regulamento do Novo Mercado e as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Artigo 34. Na hipótese de reorganização societária que envolva a transferência da base acionária da Companhia, as sociedades resultantes dessa reorganização devem pleitear o ingresso no segmento de listagem do Novo Mercado em até 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação.

Parágrafo Único - Caso a reorganização envolva sociedades resultantes que não pretendam pleitear o ingresso no Novo Mercado, a maioria dos titulares das ações em circulação presentes na Assembleia Geral deve dar anuência a essa estrutura.

Artigo 35. É facultada a formulação de uma única oferta pública para aquisição de ações, visando a mais de uma das finalidades previstas neste Capítulo VI, no Regulamento do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de oferta pública para aquisição, incluindo o preço, e não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável.

Artigo 36. Os acionistas responsáveis pela efetivação da oferta pública prevista no Artigo 30 poderão assegurar sua efetivação por intermédio de qualquer acionista, ou terceiro. Os acionistas não se eximem da obrigação de realizar a oferta até que a mesma seja concluída com observância das regras aplicáveis.

CAPÍTULO VII DO JUÍZO ARBITRAL

Artigo 37. A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei das Sociedades por Ações, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

CAPÍTULO VIII DA DISSOLUÇÃO OU DA LIQUIDAÇÃO DA COMPANHIA

Artigo 38. A Companhia será dissolvida ou entrará em liquidação nos casos determinados em lei, cabendo à Assembleia Geral estabelecer a forma de liquidação e eleger o liquidante ou liquidantes, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar nesse período, fixando seus poderes e estabelecendo suas remunerações, obedecidas as formalidades legais.

CAPÍTULO IX DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 39. Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações e demais disposições aplicáveis, respeitado o Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 40. Os valores em reais dispostos neste Estatuto como limites aos poderes dos Administradores serão corrigidos, anualmente, com base na variação do Índice Nacional de Custo da Construção (INCC-DI), da Fundação Getúlio Vargas, ou outro que vier a substituí-lo, a contar da data de aprovação deste Estatuto pela Assembleia Geral.

Artigo 41. A Companhia deverá observar os acordos de acionistas arquivados em sua sede, sendo vedado o registro de transferência de ações e o cômputo de voto proferido em Assembleia Geral ou em reunião do Conselho de Administração contrários aos seus termos.

Artigo 42. O disposto nos Artigos 30 e 31 deste Estatuto não se aplica: (i) aos atuais acionistas ou grupo de acionistas vinculados por acordo de acionistas arquivado na Companhia que já eram titulares, em conjunto ou individualmente, de quantidade igual ou superior a 15% (quinze por cento) e 8% (oito por cento) respectivamente, do total de ações de emissão da Companhia, na Data-Base, e aos seus respectivos Sucessores; e (ii) aos Sucessores de qualquer acionistas ou qualquer participante do referido grupo de acionistas referido no item (i) deste Artigo, bem como aos seus respectivos Sucessores e assim sucessivamente; observado que aquisições adicionais serão permitidas, sem qualquer limite, para tais acionistas ou qualquer participante do referido grupo de acionistas e seus Sucessores.

Artigo 43. Os termos utilizados em letra maiúscula neste Estatuto Social que não tiverem seu significado expressamente definido neste instrumento ou na Lei das Sociedades por Ações, terão o significado que lhes é atribuído no Regulamento do Novo Mercado.